

Deputada denuncia fraude na Sistematização

BRASÍLIA — A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) denunciou ontem a inclusão de pelo menos 14 emendas de mérito, de autoria da Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), no anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, em consequência de trabalho "com objetivos nitidamente ideológicos" de assessores de Cabral.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, negou que tenha ocorrido falsidade documental, mas não conseguiu explicar as alterações no texto. A Deputada deu como exemplo o artigo 307, que define o que é empresa nacional: texto definido pelo Relator Bernardo Cabral foi elaborado a partir de outros não aprovados, retirados da Comissão Temática VIII e da subcomissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação.

— O Relator dá uma informação falsa no seu parecer — afirma Sandra Cavalcanti — citando como original do seu texto o artigo 30 da Comissão da Ordem Econômica.

Na tentativa de fazer prevalecer a versão da Comissão da Ordem Econômica, a Deputada apresentou a emenda 5.367 à Comissão de Sistematização. Mas ela foi rejeitada com o argumento de que transformava o conteúdo da matéria. Diante deste fato, Sandra Cavalcanti afirmou que "houve troca deliberada com objetivos nitidamente ideológicos".

Esta denúncia gerou uma ríspida discussão nos corredores do Congresso, no início da noite. Ao tomar conhecimento do fato, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) deu total apoio à Deputada carioca:

— Houve falsidade em documentos



Arinos e membros da Comissão de Sistematização deixam a reunião após três horas de discussão sem acordo

de importância capital para a Nação — afirmou.

Mas o Senador Fernando Henrique garantiu que não houve nenhuma troca deliberada, embora ter ocorrido alguma confusão. Ele solicitou a colaboração dela, mas a Deputada prometeu levar adiante a denúncia.

O Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, classificou ontem à noite como "tempestade em copo d'água" as denúncias de Sandra Cavalcanti.

Líderes do PTB e do PDS ameaçam acordo para apressar o anteprojeto

BRASÍLIA — Está ameaçado o acordo entre líderes de todos os partidos na Constituinte para que sejam remetidas diretamente ao Plenário da Assembléa as quase seis mil emendas, inclusive as de mérito, apresentadas ao anteprojeto de Constituição. Os líderes do PTB e do PDS na Câmara, Deputados Gastone Righi e Amaral Neto, não quiseram, ontem, comprometer suas bancadas na Comissão de Sistematização no propósito de votarem apenas o parecer do relator, Bernardo Cabral, com as pouco mais de 300 emendas técnicas aprovadas, sem pedir destaque para votação em separado.

Depois de quase três horas de reunião entre todas as lideranças e os constituintes que auxiliaram no trabalho de selecionar e compatibilizar as emendas, não foi possível chegar ao entendimento. Nova reunião foi marcada para as 11 horas de hoje, quando os líderes já terão conhecimento do projeto elaborado por Bernardo Cabral.

A partir das 14 horas, haverá sessão da Comissão de Sistematização para apreciação do parecer, mas mesmo que a maioria consiga votá-lo, somente na quarta-feira o anteprojeto será levado ao Plenário da Assembléa, de acordo com o regimento.

— Ao tentar evitar a discussão de mérito do projeto preparado por Bernardo Cabral, os defensores da ideia, como o Senador Fernando Henrique Cardoso, quiseram impedir o desgaste político entre as várias correntes representadas na Comissão de Sistematização, a partir do debate sobre o critério do que é ou não emenda de mérito ou técnica.

Já que todos ficaram insatisfeitos com o anteprojeto, o objetivo do acordo seria dar ao Plenário da Constituinte chance de alterar seu conteúdo, com a votação de todas as emendas.

O Líder do PTB acusou as lideranças do PMDB e do PFL de estarem, na verdade, com medo de submeter o anteprojeto de Cabral à

Comissão de Sistematização, receando tanto manobras da "direita" quanto da "esquerda". Gastone Righi, que ontem à noite ainda não conhecera o parecer e o projeto preparados pelo relator, disse que os três integrantes do partido membros da Comissão iriam pedir destaque na votação de todos os dispositivos que considerassem importantes.

Na opinião do Líder do PDS, Amaral Neto, a Comissão de Sistematização deve assumir suas responsabilidades de apreciar e votar o projeto, "e não jogar esse dever para o Plenário da Constituinte".

— A Comissão não tem autoridade para decidir isso porque é apenas delegada do plenário, e os líderes dos partidos não podem também tomar essa resolução pela própria comissão para votação em separado.

A tentativa de acordo também não agradou a pelo menos um membro da Sistematização, o Deputado Ademir Andrade, do PMDB paraense. Ele disse que "é um absurdo tentarem modificar o Regimento Interno da Comissão sem ouvir seus integrantes". O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, um dos que tentaram "costurar" o entendimento, admitiu, ao final da reunião, que "quem estiver em desacordo, terá toda liberdade de pedir destaque na votação".

Na sessão plenária da Comissão de Sistematização, realizada no início da tarde, foi adiada — mas uma vez — a votação de dois projetos de decisão, por falta de quórum. O projeto de decisão veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional. A votação chegou a ficar em 40 a 4, favorável ao projeto, mas faltaram sete votos.

O projeto de decisão chegou a ir para votação, mas foi o que mais polêmica provocou no Plenário. Ele torna obrigatória a transmissão através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário.

As anotações do documento mostram que houve a inclusão de emendas

UDR espera até 40 mil em sua marcha em torno do Congresso

BRASÍLIA — Nem mesmo o Presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, sabe o número de proprietários rurais acampados no Parque da Cidade, maior área de lazer de Brasília. Mas para hoje, às 9 horas, ele espera realizar uma passeata com entre 30 e 40 mil pessoas. Os participantes do movimento, denominado de "Caminhada Cívica", cobrirão um percurso de cinco quilômetros ao longo da Esplanada dos Ministérios e têm como principal objetivo desfilar em frente ao Congresso Nacional para chamar a atenção dos Constituintes para o poder de pressão e mobilização da entidade.

Autorizada pela Secretaria de Segurança Pública, a passeata não poderá ultrapassar o Congresso Nacional em direção à Praça dos Três Poderes, onde fica o Palácio do Planalto. Para garantir o cumprimento desta exigência, seis mil homens do Exército estarão hoje de prontidão. A Polícia Militar vai para as ruas e fará o bloqueio a partir do Eixo Monumental, na altura do Palácio do Itamaraty. O pedido de autorização para a passeata foi encaminhado no início da semana.

Ontem, no acampamento da UDR, o clima era de festa e ninguém tinha qualquer preocupação com o esquema preventivo que está sendo montado. O som cruzado dos alto-falantes e barraquinhas de cachorro-quente dava a impressão de uma autêntica festa de interior e



Ronaldo Caiado, líder da UDR, concede entrevistas

até mesmo "Prá não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, encontrou espaço para ser tocada enquanto Ronaldo Caiado era entrevistado.

Na festa da UDR, como admitiu o próprio Caiado, tinha até mesmo trabalhador rural recrutado pelos patrões. Eles, de acordo com uma denúncia da Comissão de Conflitos Agrários do Inca, foram enganados pela UDR. No distrito de Floresta, no sul do Pará, os trabalhadores foram convidados com o apelo de que iriam pressionar os Constituintes a transformar o distrito em município. Em Redenção, na mesma região, o convite era para que a nova Constituição garantisse o direito à propriedade.

Enquanto isso, no acampamento da UDR, uma nova faceta da entidade se revelava, contrariando a ima-

gem inicial, de que seria composta apenas de homens rudes, de gestos agressivos e de mãos calejadas. Agora, a UDR exibe o seu lado sedutor. Dezenas de mulheres, bem falantes, com jeans realçando as linhas do corpo e botas de cano longo, se integraram a esta manifestação e, sob as lonas de circo, dividem o espaço ocupado pelos homens.

Um exemplo típico desta nova ala da UDR é a médica neurologista e fazendeira Elisabeth Liso, a Beth, 31 anos, que considera que só tem sentido participar de uma manifestação como esta se for para enfrentar as dificuldades para a maioria.

Proprietária de 300 alqueires em São José do Rio Preto (SP), ela se integrou a UDR para protestar contra a reforma agrária que já desfalcou o patrimônio de mil alqueires do seu pai uma área de 300 alqueires. As terras estão ocupadas por posseiros e produzindo, mas Elisabeth acha que os trabalhadores deveriam ser assentados apenas em terras do Governo.

Junto com três irmãos, ela administra os bens da família apenas nos fins de semana, pois se dedica ao ensino na Faculdade de Medicina da cidade onde mora. Proteger a propriedade, para ela, "é uma questão de honra." Só assim, entende, preservaria a imagem de tradicionais fazendeiros que seus antepassados sempre tiveram.

Por sua vez, cerca de 270 produtores rurais do Pará partiram ontem, de Belém, em quatro ônibus e um avião fretado, para participarem da "Caminhada Cívica" organizada pela UDR. Segundo o Diretor da entidade naquela região, Luiz Bueno, a manifestação de hoje será "uma demonstração de civismo totalmente pacífica e ordera, que visa chamar a atenção dos Deputados constituintes para que a nova Constituição, em fase de elaboração, assegure o direito à livre iniciativa e à propriedade privada, e garanta uma democracia autêntica, com justiça social e a implantação de uma reforma agrária sem a desapropriação de propriedades produtivas.